

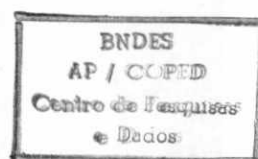


Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social



(18 minuta para discussão - 20/12/1989)

INTEGRAÇÃO COMPETITIVA
UMA ESTRATÉGIA
PARA O DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO



Área de Planejamento - AP
Departamento de Planejamento - DEPLAN

- Dezembro de 1989 -

INTRODUÇÃO

Na década de oitenta, quatro processos vieram alterar profundamente as condições em que opera e se desenvolve a economia brasileira.

Em primeiro lugar, com a maturação, no início dos anos oitenta, dos investimentos em insumos básicos e bens de capital realizados nos anos setenta, o processo de substituição de importações encerra um ciclo. Já não há mais setores da economia que, ao serem alvo de ação para internalizar a produção, tenham capacidade para alavancar demanda dos demais setores produtivos do país suficiente para determinar um novo ciclo de crescimento. A obtenção da quase total auto-suficiência na matriz produtiva brasileira tornou obsoleto o conceito de "substituição de importações" como orientador para a política industrial.

Adicionalmente, dada a velocidade do processo de reestruturação da indústria a nível mundial, a autarcização excessiva da economia brasileira passa a ter custos crescentes, no sentido de que gera maiores dificuldades para o acesso às inovações tecnológicas e perda de posição nas novas fronteiras dos fluxos de comércio mundial.

Em segundo lugar, desde meados da década de 70 vem se observando o acirramento da competição a nível mundial, explicado

tanto pela crise das economias desenvolvidas após os dois choques de petróleo - que conduziu à adoção de diferentes estratégias defensivas - quanto por um processo de mudança no padrão tecnológico da indústria, resultante da aceleração do ritmo de geração e introdução de inovações por parte de empresas e países.

Esse movimento de profundas alterações na base técnica, ensejou um vigoroso processo de reestruturação da indústria a nível mundial, cuja dimensão atinge os processos produtivos, a organização e geografia industrial e as formas de gerenciamento da produção. Assiste-se à importância crescente da tecnologia como fator estratégico da concorrência interempresarial e o impacto da capacitação tecnológica como determinante na competitividade internacional. Os avanços obtidos com a microeletrônica propiciaram o desenvolvimento de sistemas automatizados induzindo impactos abrangendo todos os aspectos estratégicos da indústria. Define-se um novo paradigma tecnológico com amplos efeitos sobre a economia como um todo. Uma nova concepção industrial e empresarial comanda o mundo industrial recente, com os impactos da automação ocorrendo não somente a nível tecnológico, com a mudança da base técnica, mas também na organização industrial e nas formas de gerenciamento da produção.

Em terceiro lugar, na década de oitenta os desequilíbrios macroeconômicos internos agravaram-se ao paroxismo, gerando a possibilidade de uma crise inflacionária sem precedentes na história do país. A possibilidade de ocorrência

ensejou um vigoroso processo de reestruturação da indústria a nível mundial, cuja dimensão atinge os processos produtivos, a organização e geografia industrial e as formas de gerenciamento da produção. Assiste-se à importância crescente da tecnologia como fator estratégico da concorrência interempresarial e o impacto da capacitação tecnológica --como-- determinante na competitividade internacional. Os avanços obtidos a microeletrônica propiciaram o desenvolvimento de sistemas automatizados induzindo impactos abrangendo todos os aspectos estratégicos da indústria. Define-se um novo paradigma tecnológico com amplos efeitos sobre a economia como um todo. Uma nova concepção industrial e empresarial comanda o mundo industrial recente, com os impactos da automação ocorrendo não somente a nível tecnológico, com a mudança da base técnica, mas também na organização industrial e nas formas de gerenciamento da produção.

Em terceiro lugar, na década de oitenta os desequilíbrios macroeconômicos internos agravaram-se ao paroxismo, gerando a possibilidade de uma crise inflacionária sem precedentes na história do país. A possibilidade de ocorrência

dessa crise decorre da convergência de dois movimentos: o de aceleração progressiva da inflação e o de crise da capacidade de financiamento do setor público.

As causas principais da aceleração inflacionária são choques de oferta diversos num contexto de indexação generalizada, o financiamento inflacionário do governo, o profundo conflito distributivo da sociedade brasileira, alterações profundas de preços relativos, especialmente para gerar os superavits comerciais e a quebra da confiança na estabilidade das regras institucionais do sistema econômico.

Quanto à crise das finanças públicas, suas causas são o endividamento externo, através de seu impacto sobre as necessidades de financiamento do governo; transferências de renda do setor público para o setor privado através de subsídios, isenções fiscais, tarifas públicas irrealistas, etc; despesas improdutivas do aparelho de Estado e o conseqüente crescimento do estoque e do serviço da dívida interna.

Um movimento alimenta o outro. A inflação acelerada aprofunda a crise das finanças públicas pela desmonetização da economia (que reduz a base de incidência do imposto inflacionário), pela corrosão do valor real das receitas (efeito-Tanzi) e pelo aumento inevitável da sonegação fiscal. A crise do setor público, por sua vez, força o financiamento inflacionário do governo e acirra o conflito distributivo. O processo de estabilização macroeconômica é, portanto, condição

necessária para a retomada do crescimento.

Finalmente, o quarto processo transformador é a redemocratização da vida política. Ao serem eliminados os últimos traços do arbítrio institucional, elaborada uma nova constituição e realizadas eleições em todos os níveis, inicia-se uma nova etapa na vida do país. Dadas as profundas desigualdades sociais existentes, o exercício livre da cidadania pressiona fortemente na direção de redistribuição de renda. O desafio para a sociedade brasileira é, portanto, construir um sistema econômico que articule consistentemente ganhos permanentes de eficiência com melhoria das condições de vida da população.

A INTEGRAÇÃO COMPETITIVA

Os quatro processos transformadores modificaram profundamente a realidade brasileira e colocaram na agenda dos agentes econômicos a necessidade de revisão dos princípios básicos através dos quais era compreendido o desenvolvimento brasileiro.

O Sistema BNDES, como um importante agente do desenvolvimento econômico e social brasileiro, foi forçado a enfrentar de frente esta questão. Através do seu sistema de planejamento estratégico, e utilizando cenários prospectivos da economia brasileira, identificou tendências pesadas que levavam a

um novo modelo de crescimento e de inserção do Brasil na economia mundial. Estas tendências não são uma característica exclusiva da realidade brasileira, mas correspondem a um novo padrão de interrelacionamento e de organização da economia mundial que está surgindo em todos os quadrantes do planeta, superando as antigas divisões em blocos antagônicos.

Este novo modelo, que recebeu a denominação de Integração Competitiva, é uma estratégia que visa à continuidade do processo de industrialização, à valorização do espaço econômico brasileiro e a superação de relações internacionais subalternas. Esta estratégia requer, além da estabilização macroeconômica, uma nova política industrial, a reestruturação do Estado e de suas relações com o setor privado e a enfrentamento da questão das desigualdades sociais.

A REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO E DE SUAS RELAÇÕES COM O SETOR PREVIDO

O Estado brasileiro desempenhou exitosamente um papel fundamental na industrialização e desenvolvimento do país. Com sucesso, o Estado montou mecanismos protecionistas da produção interna de bens e serviços, financiou e subsidiou a acumulação privada através da mobilização de poupanças compulsórias e de recursos fiscais, atuou como investidor direto nos setores industriais e de infra-estrutura com elevados requisitos de capital e longo prazo de retorno.

Entretanto, com o esgotamento do processo de substituição de importações, os determinantes do investimento se alteram significativamente. Não se trata mais de implantar setores novos na economia, ou de criar condições para o surgimento de empresários nacionais. Já existe uma indústria brasileira integrada e de grande porte, da qual passa a ser exigida agora uma elevação contínua de produtividade, e, por outro lado, o estado brasileiro passa por uma crise financeira de grandes proporções, para a qual não existe saída milagrosa a curto prazo. Os investimentos privados devem ocupar o espaço do investimento público como elemento dinâmico de um novo ciclo de crescimento, e o estado deve redefinir o seu papel.

Nesse contexto, cabe ao Estado reorientar seus mecanismos de política industrial: ao invés de estimular o maior índice de nacionalização possível nos produtos aqui produzidos, o Estado deve coordenar a progressiva desmontagem dos mecanismos que protegem a ineficiência no mercado interno; a liberalização seletiva do comércio exterior de forma a basear a proteção à indústria no sistema aduaneiro e não nos controles quantitativos; e o amplo apoio ao desenvolvimento da ciência e do aprimoramento tecnológico da indústria nacional.

Por outro lado, é preciso rever o papel que o estado tem tido como investidor direto. O dilema que persegue o setor produtivo estatal é responder a duas questões distintas. Primeiro, dar conta dos objetivos da política de desenvolvimento.

Segundo, viabilizar-se enquanto centro de acumulação de capital, à semelhança das empresas privadas. Se é verdade que a primeira condição somente é atendida ao se garantir a segunda, não se pode negar que muitas vezes objetivos de curto prazo da política econômica colidiram com as metas de lucratividade. Em particular, o fato de que as empresas estatais tenham se concentrado na produção de insumos básicos levou à sistemática compressão de seus preços, no intuito de minimizar a realimentação inflacionária.

No novo ciclo de crescimento, torna-se necessário comprometer o setor privado com investimentos antes exclusivamente executados pelo setor público. A par de mobilizar produtivamente a elevada poupança financeira do setor privado, este processo permitiria viabilizar maior solidariedade entre setor público e privado na fixação de preços e tarifas realistas nos setores de insumos básicos e infra-estrutura.

Definem-se assim os objetivos que um programa de privatização deve alcançar: liberar recursos do estado, hoje escassos, para serem investidos em segmentos sociais, ao invés do setor produtivo; evitar que as empresas estatais sejam utilizadas como instrumentos de política econômica de curto prazo, em benefício das empresas privadas e em prejuízo de sua própria sobrevivência no longo prazo; introduzir uma maior competição em todo o conjunto da economia, visando a uma maior produtividade.

É importante salientar que não se trata, no caso

brasileiro, de se adotar a visão liberal do estado minimalista. Trata-se sim de perseguir objetivos extremamente pragmáticos: alcançar um desenvolvimento econômico rápido, com as melhorias de produtividade e competitividade que o país necessita para atender aos seus objetivos sociais. A recusa a aceitar um novo papel para o estado pode enredar a política econômica num estado de inércia, o que muitas vezes poderá estar escondendo, por trás de uma discussão ideológica, a tentativa de resguardar interesses corporativos daqueles que querem esconder sua ineficiência sob as asas protetoras do estado.

Mas não são apenas as relações do estado com o setor privado que precisam ser alteradas. O próprio estado precisa reestruturar-se profundamente, no sentido de ser mais eficiente em todas as suas atividades e funções, reduzindo seus custos e maximizando o resultado das atividades que continuar executando. A integração competitiva pressupõe a modernização e a busca de eficiência por todo o conjunto da sociedade, e não apenas por algumas empresas isoladas.

Neste sentido, e considerando que a presença de empresas estatais deverá permanecer ainda em alguns segmentos da economia, torna-se necessário estabelecer princípios para a sua gerência que incluam: a) "realismo tarifário" para os serviços de utilidade pública; b) fixação de objetivos empresariais para as empresas estatais, ao mesmo tempo que lhes é concedida maior liberdade de gestão com a consequente cobrança de resultados; c) profissionalização da gestão das empresas, desvinculando-as de

alterações políticas.

A NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

O Brasil foi um caso bem sucedido de política de substituição de importações.

O coeficiente de importações em relação ao PIB tornou-se o menor entre os países capitalistas industrializados. Além disto, predominam na pauta de importações três itens: petróleo, bens de capital seriados e componentes, e insumos importados sob regime de draw-back. Associada à ampla base agrícola e mineral, a extensa internalização da produção de bens industrializados proporcionou uma economia bastante diversificada. Além disto, a grande maioria dos setores industrializados exporta parcela de sua produção, tendo conquistado posições relevantes em certos segmentos do comércio mundial. Entretanto, algumas deficiências marcam esta estrutura produtiva.

Primeiro, a significativa heterogeneidade dos níveis de competitividade internacional entre setores. Num mesmo setor, esta heterogeneidade se reproduz entre empresas e entre produtos.

Isto provoca o surgimento de conflitos no interior da

matriz industrial, na medida em que setores que operam em mercados internacionais competitivos se ressentem de adquirir insumos e equipamentos a preços ou tecnologia não competitivos.

Como regra geral, a reivindicação de cada setor é de que os programas de investimento em modernização têm que vir acompanhados de redução do grau de proteção sobre os insumos e equipamentos utilizados e de manutenção de proteção sobre os produtos finais. Obviamente, a soma das reivindicações setoriais é inconsistente.

A segunda característica é que, independentemente do nível de competitividade, praticamente todos os setores e empresas compartilham mecanismos de proteção de natureza quantitativa ou alfandegária da concorrência de produtos estrangeiros.

A combinação destas características faz com que as empresas líderes de cada setor produtivo operem com margens de lucro excepcionalmente elevadas, pois os mecanismos de proteção visam defender a viabilidade dos elos menos eficientes da cadeia produtiva.

Outra consequência é a existência de um certo nível de segmentação da produção voltada para o mercado externo. Um exemplo é a indústria automobilística, em que a produção voltada para a exportação conta com um coeficiente de componentes importados superior à produção voltada para o mercado interno.

Fenômeno semelhante ocorre em segmentos que operam sem escala econômica adequada, pois o mercado interno revelou-se insuficiente. Os exemplos mais notórios situam-se na indústria de bens de capital.

No processo de substituição de importações, a política industrial se orientava pela pauta de produtos importados, observadas escalas mínimas de produção. A implantação de um novo setor de atividade transformava demanda externa em interna, gerando elevado grau de complementariedade e solidariedade inter-setorial. Esta solidariedade era reforçada pela política de proteção tarifária ao mercado interno, que na prática garantia reserva de mercado para todos os setores.

A nova política industrial deve perseguir objetivos diferentes da política de substituição de importações. Assim, o objetivo principal é obter ganhos de produtividade na estrutura produtiva, e perseguir padrões internacionais de preço e qualidade para a produção nacional.

Logo, os conceitos que orientam esta nova política são igualmente distintos. Em lugar de se orientar unicamente pelo mercado interno, os novos projetos deverão ser concebidos de modo a atenderem igualmente segmentos relevantes do mercado internacional. Neste caso, a concepção do produto final e de sua estratégia de comercialização ganha nova dimensão.

Uma indústria símbolo deste novo padrão é a EMBRAER. Apesar de operar em mercados extremamente competitivos, através da definição de produtos comercializáveis não só no mercado brasileiro como no mercado internacional, e de associações com diferentes grupos estrangeiros (definidos em cada produto), a empresa conquistou expressiva parcela de mercado e gerou importante núcleo de capacitação tecnológica.

O segundo requisito para a estratégia da integração competitiva é uma exposição seletiva da estrutura industrial à competição internacional. O principal mecanismo para este objetivo é a intensificação de relações bilaterais e multilaterais de tecnologia e de capital. Nesse sentido, são importantes o abandono de restrições quantitativas às importações, e a prática de um sistema de proteção tarifária que sinalize a progressiva redução das alíquotas.

A adoção desta política pode implicar a ocorrência de eventuais "desubstituições de importações" em alguns produtos. Por outro lado, proporcionaria incremento de exportações em segmentos com maior potencial de competitividade, ou seja, aqueles com maiores possibilidades de evolução tecnológica, e de enobrecimento de sua linha de produtos com acesso ao mercado mundial.

Portanto, a reorientação dos instrumentos de política industrial deve observar três características: a) enfoque global e integrado dos setores produtivos ("complexo"); b) seletividade

na política de apoio e promoção de investimentos; c) flexibilização seletiva do grau de exposição do mercado interno à concorrência internacional.

Ou seja, as políticas de liberalização devem prevalecer para os casos extremos de posição relativa de competitividade internacional: os segmentos já competitivos internacionalmente e aqueles não competitivos inclusive do ponto de vista potencial. Os primeiros devem ser liberalizados para promover um vetor de redução de custos sobre o sistema produtivo, enquanto que os últimos devem ser liberalizados porque a alternativa de manter a proteção inviabiliza o avanço nos setores estrategicamente importantes.

Também aqui, da mesma forma que na discussão do papel do Estado, esta posição se diferencia da proposta neoliberal. Considerando que a competitividade só poderia ser alcançada pela exposição completa da economia ao mercado mundial, o liberalismo ortodoxo propõe a desregulamentação da economia (ou seja, a inexistência de uma política industrial), a fixação de alíquota única de importação e o câmbio livre. Essas propostas desconhecem as razões do êxito das experiências nacionais contemporaneamente mais bem sucedidas. Uma política industrial articulada com o setor privado, e um processo de planejamento que permita à sociedade descortinar o futuro e engajar-se em sua construção, são condições necessárias para o desenvolvimento econômico e social.

A Integração Competitiva se diferencia também, por outro lado, daquelas propostas que não compreendem as importantes transformações ocorridas na economia mundial e brasileira, e que se recusam a aceitar as mudanças impostas pelo processo histórico ao modelo brasileiro. Denominamos esta posição de inércia corporativista. Pressionada pela força da tradição, e pelos interesses corporativos cristalizados, a sociedade brasileira demonstrar-se-ia incapaz de compreender e se adaptar à nova realidade. Nesse contexto, os agentes econômicos e atores políticos ficam fixados no objetivo de preservar seus interesses particulares. A resultante dessas pressões é nula, isto é, não surge um projeto de desenvolvimento para a sociedade brasileira.

ASPECTOS SETORIAIS

A política de Integração Competitiva terá repercussão diferenciada nas políticas setoriais, de acordo com a modernidade do setor.

Assim, por exemplo, o setor de aços planos necessita passar por profunda reestruturação. Em que pese o papel fundamental desempenhado pelo estado na sua constituição, a permanência deste segmento sob o controle estatal hoje apenas significa a transferência de recursos fiscais para o setor privado, na medida em que as siderúrgicas estatais passam a ser instrumento de políticas macroeconômicas que beneficiam

diretamente os compradores de aço. Por outro lado, as dificuldades financeiras do setor impedem-no de investir em sua modernização, o que poderá vir a deteriorar a posição competitiva que já alcançou. Para este setor, a opção estratégica aponta para a privatização, a eliminação de subsídios e a liberdade de preços e de importação, que devem ser perseguidos de forma programada, libertando-se o Estado desta responsabilidade que tanto lhe tem pesado.

Também no que se refere à infraestrutura econômica torna-se necessário uma reorientação de política. Até recentemente a nossa industrialização era "pesada", ou seja, extremamente intensiva em insumos básicos e energia, e grandemente demandadora de uma rede de transportes igualmente pesada. No entanto, a reestruturação mundial da indústria caminha em um sentido completamente diferente, reduzindo-se o coeficiente energético e o coeficiente de matéria prima por unidade de produto. Não se exige mais da infraestrutura o mesmo ritmo de expansão dos períodos anteriores, mas sim um nível de eficiência muito superior. A busca da competitividade como um objetivo nacional exige uma eficiência sistêmica, e não apenas dentro da unidade fabril.

Assim sendo, duas considerações estratégicas são importantes para a infraestrutura econômica. Primeiro, deve-se buscar criar mecanismos que induzam o setor privado a assumir gradativamente a responsabilidade de investir na sua expansão, enquanto o setor público deve rever suas prioridades para

investir na modernização do setor. Segundo, deve ser incluído no conceito de infraestrutura de competitividade o sistema de P&D - pesquisa e desenvolvimento - e a formação de mão de obra técnica, que são elementos essenciais para a modernização do país e o sucesso da integração competitiva.

Nos setores de bens finais, de consumo e investimento, a lógica do enobrecimento da produção em direção aos mercados consumidores finais é seguramente a frente de expansão de maior impacto na receita das empresas e nas exportações, em se tratando de mercados mundializados. Marcas próprias, fontes de financiamento e imagem externa do país são questões que estão no caminho crítico desta estratégia e seu equacionamento é importante elemento em uma nova política industrial.

Não pretendemos esgotar aqui a discussão das políticas setoriais, mas apenas referir a alguns aspectos. Assim, por exemplo, há setores que estão perfeitamente inseridos nessa perspectiva, como papel e celulose, e muitos segmentos da produção agroalimentar. Outros, como no caso da informática, discute-se intensamente se já não estará chegando o momento de flexibilizar a política de proteção, permitindo associações de capitais nacionais com capitais estrangeiros e maior facilidade de aquisição de tecnologia externa, discussão essa ainda inconclusa.

Em todos os casos a orientação necessita ser uma só: a política industrial deve utilizar os mecanismos de mercado em

favor do desenvolvimento e modernização do conjunto da economia, mantendo a intervenção estatal quando necessária no sentido de induzir e potencializar este processo, e nunca para proteger ineficiências cristalizadas e interesses corporativos.

O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

A gravidade da questão social no Brasil pode ser medida quando se compara os indicadores principais da condição de vida da população situada nos níveis inferiores da distribuição da renda nacional com os de outros países com o mesmo nível de renda per capita.

As razões para a não convergência entre os indicadores econômicos e os sociais no Brasil são complexas. Entretanto, pode-se destacar os seguintes fatores: a rápida migração campo-cidade nas décadas de 60/70, pressionando para baixo os salários no mercado urbano de trabalho e requisitando investimentos vultosos em infra-estrutura; o pequeno grau de organização dos trabalhadores até a década de 80, função das condições político-institucionais; o elevado grau de oligopolização e proteção da economia, permitindo taxas de lucro excepcionalmente elevadas; e as deficiências do sistema de serviços sociais públicos. A aceleração inflacionária e a redução da taxa de crescimento durante a década de 80 contribuíram para a manutenção e agravamento deste quadro social.

A melhoria das condições de vida da população brasileira depende de um conjunto de fatores. Evidentemente, no curto prazo, a questão da inflação assume um papel extremamente relevante. A rápida corrosão dos rendimentos, em especial dos segmentos que não têm condições de se defender no mercado financeiro, faz flutuar de forma violenta e errática a renda real das camadas mais pobres. A estabilização macroeconômica é portanto uma condição preliminar para a melhoria das condições sociais no país.

No entanto, a médio e a longo prazos, é preciso assegurar as condições estruturais necessárias a um crescimento continuado dos salários reais, especialmente dos salários de base da economia.

Isto não é possível de se realizar numa economia estagnada. Se não há crescimento econômico suficiente para gerar um crescimento da demanda de emprego em ritmo mais rápido que a oferta de mão de obra, a tendência é de um achatamento dos salários e deterioração na distribuição de renda. Durante a maior parte do período de crescimento anterior aos anos oitenta, embora houvesse um crescimento acelerado da economia, ele não se refletiu em melhoria da distribuição de renda devido ao enorme contingente de população subempregado no campo e que se dispunha a migrar para as cidades em busca de um emprego urbano pelo salário mínimo de subsistência. Este fato pressionou permanentemente os salários para baixo. Entretanto, a partir de

meados dos anos setenta, quando a grande maioria da população já estava ocupada em atividades urbanas, começou a haver, pela primeira vez, escassez de mão de obra no Brasil. A partir de então, nos períodos em que houve crescimento, como em 1985/1986, houve falta de mão de obra e significativo crescimento dos salários. A retomada do crescimento econômico, interrompido no começo dos anos oitenta e depois a partir de 1987, será uma condição básica para a melhoria da distribuição de renda.

Por outro lado, o potencial de crescimento num quadro de um mercado demandante de mão de obra e com crescimento dos salários reais, depende essencialmente do ritmo de elevação da produtividade. Quanto mais rápido e intenso este ritmo, mais rápido poderá crescer a economia e os salários. Este processo corresponde ao desenvolvimento no Brasil de uma sociedade de consumo de massa, a exemplo das economias hoje desenvolvidas, onde o crescimento da produtividade permite a concomitante melhoria da distribuição de renda com o barateamento dos produtos. Ou seja, o processo de integração competitiva do Brasil na economia mundial induzirá ao mais rápido crescimento do mercado interno, da renda e dos salários reais.

Entretanto, a inserção dos grandes contingentes da população hoje marginalizados na economia moderna não se dará apenas pelo crescimento econômico e pelos mecanismos de mercado. Eles são condição necessária mas não suficiente. Uma das questões chaves para viabilizar esta inserção, e sobre a qual o estado tem uma grande responsabilidade, é a educação. Não só uma sociedade

mais humana exige uma população mais educada, como a economia moderna exige mão de obra qualificada. A universalização da educação fundamental e o desenvolvimento do ensino técnico e científico são condições básicas para a modernização da sociedade brasileira e para a melhoria das condições de vida da população.

Além disso, este processo de crescimento com distribuição de renda necessita ser acompanhado de políticas sociais específicas para os segmentos mais carentes da população. A melhoria das condições de saúde e habitação são essenciais para conferir um mínimo de cidadania ao conjunto da população, e correspondem a uma exigência da sociedade democrática moderna. A possibilidade do Estado desempenhar de forma eficiente esta função aumentará na medida em que consiga se sanear financeira e administrativamente, recuperando a capacidade de arbitrar prioridades e de executar programas.

CONCLUSÃO

A estratégia da Integração Competitiva configura uma novo modelo para o desenvolvimento brasileiro, que surge como uma tendência natural para a superação dos atuais desafios que enfrenta a economia brasileira, bem como para o aproveitamento das oportunidades que são oferecidas pela reestruturação da economia mundial. Significa a busca consciente de inserção do país no surto de progresso que experimenta todo o mundo, e o

esforço de trazer para a nossa sociedade os padrões de vida alcançados pelas economias modernas. Significa o aumento da soberania nacional, pela conquista da capacidade de competir de igual para igual dentro da economia dos países centrais, em benefício de seu próprio desenvolvimento.

BNDES AP / COPED Centro de Pesquisas e Dados
N.º REG. F-2624 DATA: 18.05.93